

Revista Eutomia - Ano III - Volume 2 - Dezembro/2010

**Estudo historiográfico-descritivo das preposições
portuguesas nas gramáticas de Julio Ribeiro e de Alfredo
Gomes**

Daniele Felizola de OLIVEIRA(UERJ)¹

Resumo:

Apresentamos, neste trabalho, a descrição das preposições portuguesas nas gramáticas produzidas no Brasil no denominado “período científico”. As obras escolhidas para estudo foram *Grammatica da Língua Portuguesa* de Julio Ribeiro e *Grammatica portugueza* de Alfredo Gomes. Nosso objetivo, ao investigar essas gramáticas, é verificar a maneira como as preposições eram descritas à época e, se nesse período, já se notava que essas palavras apresentavam nuances semânticas. Este trabalho insere-se, portanto, no âmbito da Historiografia Linguística, por conceber suas análises sob a perspectiva do contexto histórico em que os textos foram produzidos, tal como estabelece Konrad Koerner, ao propor os procedimentos para a pesquisa historiográfica.

Palavras-chave: preposições, historiografia, descrição.

Abstract:

In this work we present the description of the Portuguese prepositions in the grammar books produced in Brazil in the scientific period. We chose the following publications for the study: *Grammatica da Língua Portuguesa* by Julio Ribeiro and *Grammatica portugueza* by Alfredo Gomes. We investigate these grammar books in order to verify the way prepositions were described and if their semantic features were perceived in this period. This work is inserted in the scope of the Linguistic Historiography as the analyses are conceived under the perspective of the historic context in which the texts were produced, as Konrad Koerner establishes when he proposes the procedures for a historiographical research.

Key words: preposition, historiography, description

Introdução

Este trabalho visa ao estudo de gramáticas brasileiras do período científico, fase fundadora, com foco na descrição, por elas oferecidas, das preposições portuguesas. Subsidiariamente, busca-se identificar as concepções de gramática, de língua e de ensino acatadas na época em foco, situando os textos gramaticais no panorama sociocultural em que foram produzidos, propõe-se identificar as influências contextuais atuantes no pensamento linguístico de cada época.

Foram selecionadas, para estudo, por serem obras expressivas e representativas do período em tela, as gramáticas de Julio Ribeiro (1881), Alfredo Gomes (1920 [1887]).

Considerando-se que um dos pontos principais da análise historiográfica é entender o clima de opinião, desenvolveremos nossa pesquisa confrontando os fatores socioculturais influenciadores o pensamento linguístico da época, e suas marcas textuais, através da análise das fontes documentais – as gramáticas –, de forma a interpretar o que está contido na materialidade linguística dos textos, uma vez que, como afirma Koerner (1996: 64), “alguns relatos históricos são mais verdadeiros do que outros; o uso de dados históricos e de evidência textual para estabelecer uma interpretação particular de um documento tem alguma validade e não é simplesmente fantasia de um historiador.”

Outro fator de contribuição para nossa análise é conhecer as características do período linguístico em que se desenvolveu a concepção das referidas gramáticas. Dessa forma, adotaremos para esse trabalho a proposta de periodização proposta por Cavaliere (2002) que estabelece como período científico o intervalo de 1881 a 1941, que se subdivide em duas fases: a fase fundadora (1881-1922) e a fase legatária (1922-1941). Esse período tem como marco a *Grammatica da língua portuguesa* de Julio Ribeiro que inaugura o método histórico-comparativo de descrição da língua no Brasil, cuja publicação marca o início dessa nova vertente dos estudos gramaticais, em que se estuda a língua sob a perspectiva histórica.

O período científico apresenta o seguinte panorama: os estudos linguísticos no Brasil voltam seu interesse para a história da língua, que, por influência das teses de Schleicher e Darmesteter (que adotam os princípios darwinistas nos estudos linguísticos), consideram a língua um organismo vivo, dessa forma, sujeito a mudanças, evoluções através do tempo. Adotam-se os mesmos métodos de investigação da Biologia no estudo da língua, enfatizando-se os estudos etimológicos. É um período de intensa produção de teses de concurso, gramáticas históricas e gramáticas descritivas. Essa fase é denominada por Cavaliere (2002) de fundadora.

Uma característica do método histórico-comparativo nas gramáticas científicas é a busca por grande número de exemplos em obras referências para atestar qualquer proposição a respeito do fato linguístico, enquanto que, no racionalismo, período que antecede o período científico, o método matemático foi eleito o método do conhecimento em geral, em que se utilizava no estudo científico o método hipotético-dedutivo, o qual formulava, com base na observação dos fatos, uma teoria que iria explicar os fatos conhecidos e poderia prever os que ainda não o eram, que se autoclassificava teoria geral e universal, útil à análise de fatos de todas as línguas.

Com o objetivo de desenvolver um trabalho rigorosamente científico no âmbito da Historiografia Linguística (HL), cabe ao historiógrafo compreender o contexto vigente do período sob o qual elabora sua pesquisa. Desse modo, assinalaremos o cenário epistemológico de meados do século XIX aos dois primeiros decênios do século XX para que possamos conhecer os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais que influenciaram a produção das gramáticas neste trabalho estudadas.

Contexto sociocultural

O período sobre o qual discorre nossa pesquisa compreende os anos de 1881 a 1922, que corresponde à fase fundadora do período científico. Representa um período de significativas mudanças principalmente no final do século XIX, no qual podemos destacar dois importantes fatos históricos: a Abolição em 1888 e a Proclamação da República em 1889. É importante mencionarmos, também, a tomada de consciência política disseminada pela Independência do Brasil no início do século XIX, que contribuiu para uma mentalidade nacionalista que, em conjunto com o grande índice de analfabetismo no Brasil, dá origem a uma fase de preocupação com o ensino da língua pátria.

Não há nesse período, no Brasil, faculdades de filosofia, ciências e letras, o que não favorece a realização de pesquisas filosóficas e científicas. Verifica-se também o desinteresse pelo estudo da ciência e da filologia diferente do que ocorre no mundo ocidental.

O Brasil leva cerca de quarenta anos a partir da Independência para expandir sua produção cultural em dimensão nacional, dada a razão de que o talento brasileiro só se faz por abeberar-se da cultura lusitana, não havia aqui incentivo da Corte, e também por sua dimensão territorial, que é empecilho para a disseminação do ideal nacionalista pela limitação de comunicação que cria entre as diversas províncias.

Com a vinda da família real ao Brasil, um novo panorama se configura no sistema educacional. As novas condições político-econômicas provenientes dessa transição favorecem uma nova orientação no ensino. Era necessário formar a elite que ocuparia os cargos públicos da administração. Criaram-se a Academia da Marinha, em 1808, e a Academia Real Militar, em 1810, com o propósito de formar oficiais e engenheiros encarregados da defesa militar da colônia, o curso de cirurgia, em 1808, no hospital militar da Bahia e o curso de cirurgia e anatomia do Rio de Janeiro, etc. “D. João VI fundou o curso superior, dando-lhe um sentido exclusivamente utilitário, pois

tornara-se urgente a formação dos profissionais exigidos pelas novas condições” (HOLANDA, 1982:367).

Do período que vai de 1822 com a Independência do Brasil até a fase da primeira República de 1889 a 1930, poucas transformações ocorreram no que concerne à educação brasileira. Com a independência do país em 1822, o governo concentra-se em promover a formação da elite dirigente do país, preocupando-se particularmente com a criação do ensino superior e em estabelecer as formas de ingresso a seus cursos. A educação nesse momento no Brasil não é regulamentada, não há regularidade, nem sequencialidade no ensino, com poucas escolas primárias e algumas secundárias, cuja precípua finalidade era a de preparar o aluno para o ingresso ao curso superior, caracterizando-se como um preparatório. O aluno podia tanto ingressar no ensino primário, quanto no secundário e no superior sem necessidade de ter frequentado o curso primário como pré-requisito ao ingresso para o curso secundário, assim como não era necessária a conclusão do curso secundário para o ingresso ao curso superior. O período republicano herda do império um sistema educacional nacional precário, com grande número de pessoas não escolarizadas:

Em 1834, o Ato Adicional consumou o desastre para o nosso sistema educacional, atribuindo competência às assembleias provinciais para legislar sobre ensino elementar e médio. Apenas o ensino superior em geral e o elementar e médio do Município Neutro (futuro Distrito Federal) permaneceram a cargo do governo central (HOLANDA, 1982: 376).

Dessa forma, as províncias criaram os liceus, direcionando as aulas antes dispersas para um só local, embora o ensino não fosse ministrado de forma igualitária em todas as províncias.

Na Constituição de 1891 amplia-se a competência do Estado, que, além da competência privativa para legislar sobre ensino superior na capital da República e para prover a instrução no Distrito Federal, passa a ter competência concorrente para criar instituições de ensino secundário e superior nos Estados, no entanto, mudanças na mentalidade do ensino não são percebidas, perpetuando o modelo jesuítico, livresco, enciclopédico, sem fins práticos, desvinculado das necessidades da realidade vivida pelo povo.

O governo, em 1837, com o decreto de 2 de dezembro, funda o Colégio Pedro II, estabelecimento de ensino secundário que “foi a primeira tentativa do poder central de organizar o ensino secundário regular no país” (PILLETI, 1995:46). Os estudos lá eram oferecidos de forma seriada, organizada. Àqueles que lá concluíam o estudo secundário era conferido o grau de bacharel

em letras, o que lhes permitiria o acesso imediato ao curso superior sem a necessidade de fazer provas.

Com a chegada da família Real ao Rio de Janeiro, a cidade tem sua vida cultural enriquecida com a instalação da Biblioteca Nacional e da Imprensa Régia, com a criação do Jardim Botânico e com a mudança de ambiente cultural e social proporcionada pela presença da Corte. Mudanças que foram lentamente estendidas a outros estados do país.

No aspecto cultural, as mobilizações acontecem no sentido de opor-se à transplantação da cultura européia imposta no período colonial, surge o Modernismo, movimento que propõe romper com a tradição de influência estrangeira, implantando nas expressões culturais o cunho nacionalista. Em 1922, intelectuais de São Paulo e do Rio de Janeiro juntam-se para organizar um evento de divulgação e demonstração do que já se produzia no Brasil com originalidade e autenticidade brasileira no âmbito da cultura com obras de escultura, pintura, arquitetura, música e literatura, é a Semana de Arte Moderna.

O advento do Modernismo Brasileiro é uma mostra da vontade de romper com o passado. Politicamente o Brasil passa por um momento de estabilização do regime republicano, tornando-se necessária a contratação de mão-de-obra estrangeira para suprir o trabalho escravo. Com a chegada dos imigrantes, novas culturas se entrelaçam à brasileira, outras línguas, outras raças, outras religiões e outros comportamentos vão fazer o governo brasileiro tomar determinadas precauções no sentido de preservar o patrimônio e a hegemonia nacionais: faz-se necessária a preservação da nossa nacionalidade e a Língua Portuguesa passa a ser vista como símbolo da unidade nacional (BASTOS, 2006:86).

Recorrendo às obras de Barbadinho Neto, fruto de uma ampla pesquisa dedicada ao estudo da língua do modernismo, temos que as mudanças do uso da língua, encontradas nos textos de 22, eram também um modo de defesa de um patrimônio nacional e de repressão das influências estrangeiras, pois a língua aqui falada e escrita não é a mesma dos portugueses, visto que, durante o período colonial, a língua portuguesa, em contato com as línguas indígenas e africanas, sofreu modificações, apresentando peculiaridades, que aqui destacamos, dada à pertinência ao nosso estudo, o uso da preposição *em* para a indicação de lugar.

Dentre os brasileirismos, ou seja, o que o autor define como as contribuições que os escritores modernistas legaram para o estabelecimento da norma literária, está o emprego da preposição *em* se sobrepondo ao emprego de *a*, quando utilizada junto a verbos de movimento, embora se adstringindo a alguns desses verbos, uso consagrado no português contemporâneo. Outra

valorização dos modernistas brasileiros é o emprego da preposição *em* para apontar a matéria de que algo é feito. Ex: A figura em madeira de S. Pedro.

Até 1930, funcionaram as faculdades isoladas que proviam a quantidade de profissionais liberais necessárias à sociedade da época. O acesso às universidades era privilégio de poucos. Os cursos de Direito “tornando-se, muitas vezes, passagem obrigatória para os filhos das classes abastadas, que buscavam um título para reafirmar sua posição social” (HOLANDA, 1982: 375), propiciavam a seus egressos os mais importantes postos na administração pública, prestígio político e social, o que explica a falta de interesse da classe dirigente do país por problemas econômicos, e o pouco espaço que foi dado às ciências exatas e à pesquisa científica, pois, nos cursos de Direito, a ênfase dos estudos era dada à retórica e à eloquência, situações em que o uso das palavras tem mais peso do que os fatos relatados, pois

a cultura que tinha por finalidade não o saber, mas o diploma – que funcionava como título de enobrecimento – seria, consequentemente, “literária e abstrata”, transmitida “por métodos que se baseavam, não sobre a ação e o concreto, mas sobre a leitura, o comentário e a especulação”, destinando-se, assim, “a formar pregadores, letrados e eruditos que, com o título, aspiravam às profissões liberais e aos empregos públicos (SODRE 1982: 36).

De posse dos títulos, os bacharéis tornavam-se intérpretes dos interesses da classe dominante.

Estes cursos foram previstos como provedores do quadro de funcionários das assembleias, do governo das províncias do país, e ofereciam conhecimentos humanísticos e filosóficos, habilitando os bacharéis às letras, ao jornalismo, à política, ao magistério e às funções públicas. Padres e bacharéis constituíam os únicos elementos dotados de cultura no século XIX e nos primeiros decênios do século XX. Havia um atraso no domínio das ciências, o Brasil era somente objeto de pesquisa das expedições estrangeiras. As atividades científicas ficavam restritas ao esforço individual.

Pressupostos teóricos e metodológicos

O conceito de Historiografia surge na França vinculado ao de História, que inicialmente cuidava apenas de relatar os acontecimentos passados numa sucessão temporal. A HL nasce da nova concepção de se fazer história que se origina em 1970 com a então eminente ciência, a Historiografia.

No trabalho historiográfico, é bastante pertinente a distinção entre crônica e história proposta por Croce que circunscreve que “a primeira consiste em registrar meramente os acontecimentos do passado, sem oferecer qualquer tentativa de distinção entre uma ocorrência significativa e uma não significativa” (CROCE *apud* KOERNER, 1996: 47), ao passo que a segunda trata do resgate de registros de histórias vigentes em um recorte temporal e que se mostram pertinentes à interpretação de um dado objeto em estudo. No âmbito da Historiografia Linguística, história refere-se a toda *episteme* em que o documento em análise está inserido.

Essa nova maneira de se fazer História compreende que para conhecer o homem e sua história em sua totalidade, faz-se necessário dialogar com outras ciências. Desse modo, estabeleceram a ciência História como interdisciplinar: ater-se somente aos fatos políticos sem levar em conta aspectos sociais inerentes ao homem não era suficiente. Assim, tinha-se por objetivo instituir um novo modo de se fazer História, estabelecendo a interdisciplinaridade, com a colaboração de disciplinas como geografia, sociologia, psicologia, linguística, e outras. Nessa perspectiva documentos como inscrições, cartas, bilhetes (manuscritos) circulantes em dada época fazem parte do processo de construção do conhecimento linguístico, que considerados menores, passam nesse momento a ter relevância, tornam-se fontes para o estudo historiográfico, pois contribuem na reconstrução do passado. A partir de então, surge uma nova abordagem de estudo da língua, com novos métodos de investigação em fontes documentais. O historiógrafo recorre ao documento escrito buscando interpretar o que está contido na materialidade linguística. O que Bastos (2009) aponta como o rigor científico, dada à circunstância de que os documentos são “vistos como testemunhas autênticas que devem ser interrogadas criteriosamente.”

Considerando-se a complexidade da tarefa do historiógrafo de compreender os documentos escritos, como também de descrever a trajetória da língua, é mister que pesquisador tenha amplo conhecimento, ou seja, que ele tenha

a ‘dupla perícia’ de que o historiador de uma determinada ciência deve ser equipado, isto é, além do “conhecimento específico sobre um domínio científico[...]” ele “deve ter um bom conhecimento da história intelectual (incluída no domínio matriz da história geral)”. “O historiógrafo da linguística, entretanto, precisa mais do que esta perícia dupla, que deve ser vista como *conditio sine qua non* para qualquer um empenhado na pesquisa de acontecimentos passados e no desenvolvimento da linguística” (MALKIEL (1983[1969]:52) *apud* KOERNER, 1996: 47).

A HL, então, fiel à concepção interdisciplinar do estudo do homem, compreende a língua como um elemento de interação social, “lugar de concretização das dimensões históricas, culturais e identitárias de um grupo social” (NASCIMENTO, 2009: 2), ao qual o homem recorre para se circunscrever no mundo. Estabelece-se, então, que HL é a descrição e a explicação de como o conhecimento linguístico foi obtido, formulado e comunicado e de como se desenvolveu através do tempo (SWIGGERS, 1990: 21). É o estudo crítico dos saberes produzidos sobre a língua, contextualizado histórico e socioculturalmente.

Desse modo, a contextualização histórica e sociocultural do período de produção das gramáticas é a face externa que se articula ao conhecimento linguístico, pois “as línguas refletem a maneira de as ver por parte dos homens que se acham nelas interessados e até integrados” (CÂMARA JR., 1973, 2), ou seja, a HL, de acordo com o que entendemos, parte do princípio de que “a língua enquanto produto histórico-cultural torna-se simultaneamente veículo e expressão de dados socioculturais que pressupõem um olhar histórico” (NASCIMENTO, 2009:4). A concepção de língua na HL vai além do seu caráter meramente sistemático.

É importante ressaltar que, para a historiografia, a ideia de contexto e conteúdo estão intimamente ligadas, de tal sorte que, como nos menciona Swiggers (1990: 22), “*there are important links between content and context of theories, links which are thus not only relevant to the fact that particular theories appear at a certain time, but also to the message carried by the theory.*”

A tarefa do historiógrafo é a de interrogar o documento a fim de depreender o que se encontra na materialidade linguística e entender o passado, em um diálogo que se estabelece entre língua e história. O fazer historiográfico configura a articulação do trabalho do historiador, que seleciona e ordena os acontecimentos, com o trabalho do historiógrafo, que explica os dados. Como em todo estudo científico, na pesquisa em HL existe o olhar do pesquisador e o recorte que ele faz de seu objeto de estudo, que é marcado por suas experiências e papel social.

Dada às diversas abordagens do conhecimento científico em linguística, o fazer historiográfico tenta, também, reconstruir as correntes linguísticas, visto que há um movimento de continuidade e descontinuidade dos paradigmas linguísticos, o que não implica a eliminação do paradigma anterior.

Seguindo a tendência dos estudos históricos do século XX, a historiografia trabalha com a interdisciplinaridade e segue três conceitos estabelecidos na França pela revista dos *Annales* (BURKE, 1997 *apud* BASTOS, 2009): a) fazer história deixa de ser fazer narrativas de acontecimentos, substituída pela narrativa de uma história-problema; b) história de todas as atividades humanas e não

só a história política; c) a colaboração de outras disciplinas como sociologia, psicologia, antropologia, sociologia e outras.

Assim posto, os princípios norteadores da pesquisa são em HL: princípio da contextualização, princípio da imanência e princípio da adequação (KOERNER, 1996: 60).

1.1 Princípio de contextualização

Consiste em estabelecer o clima de opinião do período estudado, identificar as questões políticas e socioeconômicas que intervêm no pensamento linguístico, dado esse que não caminha isolado.

1.2 Princípio de imanência

As observações feitas em relação aos textos em análise devem ser construídas sob a perspectiva interna do texto. O quadro geral da teoria e da terminologia adotada deve ser estabelecido sob o viés interno de texto, que é a materialização desses dados sem qualquer interferência da doutrina moderna.

1.3 Princípio de adequação

Respeitados os princípios anteriores, o princípio de adequação consiste na aproximação do texto analisado, de forma explícita, através do moderno vocabulário técnico e definição do quadro conceptual de trabalho em face aos dias atuais a fim de um melhor entendimento do trabalho por parte do leitor.

A Descrição de Julio Ribeiro

Julio Ribeiro inaugura, com sua gramática, a fase histórico-comparativa dos estudos linguísticos no Brasil. A gramática de Julio Ribeiro está inserida “no contexto do século XIX, em que se buscavam as leis que regiam a evolução das línguas: saímos do estudo mentalista e ingressamos no estudo do evolucionismo na linguagem” (FÁVERO, 2004: 255), que se conceitua a língua como um organismo vivo, que nasce evolui e morre.

Na segunda metade do século XIX, o objeto dos estudos gramaticais é a palavra, desta forma, ao analisarmos a *Grammatica da Língua Portuguesa* de Julio Ribeiro, verificamos que o autor adota em sua obra a divisão sinóptica Lexiologia e Sintaxe e aplica o método histórico-comparativo no estudo anatômico da palavra. Julio Ribeiro descreve as preposições e trata do seu estudo na parte primeira de sua gramática, destinada à lexeologia, por ele definida como a parte da gramática que considera as palavras isoladas, em seus elementos materiais ou sons, e em seus elementos mórficos ou formas. O estudo das preposições começa, então, na seção primeira, Taxeonomia, e continua na seção terceira,

Etimologia e, mais adiante, na parte segunda, Sintaxe, em que trata das preposições no capítulo VII do livro terceiro, intitulado “regras de sintaxe.”

Nesta parte primeira, Julio Ribeiro (1881: 68) define preposição: “preposição é uma palavra que marca natureza de uma relação entre duas idéias.” e observa que, além de indicar a relação entre dois termos, função bastante reiterada pela pluralidade de gramáticos, essa palavra exprime também a natureza dessa relação, que para atestar apresenta-nos os seguintes exemplos: dono *de* escravos e pão com manteiga, em que *de* expressa uma relação de senhorio de posseção e *com*, uma relação de união, concomitância.

Na seção dedicada à etimologia, Ribeiro tem a preocupação de apresentar as preposições portuguesas ao lado de suas formas primitivas, as preposições latinas, e o faz mostrando que, embora as preposições tenham a mesma origem, elas provêm de construções distintas de preposições latinas, assim pelo autor dispostas¹:

- a) Preposições portuguesas originadas de preposições latinas simples;
- b) Preposições originadas de duas preposições reunidas;
- c) Preposições que se originaram de palavras ou grupos de palavras já do cabedal da língua portuguesa.

As originárias de preposições latinas simples são:

A < *ad*

Ante < *ante*

Após (pos) < *post*

Atrás (trás) < *trans*

Até (té) < *hactenus*

Com < *cum*

Contra < *contra*

De < *de*

Em < *in*

Entre < *inter*

Para < *per ad* [baixo latim]

Per < *per*

Por < *per*

Por (em favor de) < *pro*

¹ Optamos por uma adaptação do texto original de Julio Ribeiro.

Sem < *sine*

Sob < *sub*

Sobre < *super*

Percebemos na gramática de Julio Ribeiro seu compromisso com o modelo histórico-comparativo, por ele optar em inserir em sua descrição preposições que não mais são vistas como preposições no português contemporâneo, e que hoje estão presentes na língua apenas como prefixos; e as que não são mais percebidas como combinação de duas preposições. Assim cita: *extra*, *infra*, *pós(t)*, *pro*, *supra*, *trans*, *ultra*, que são usadas em composições de palavras (*transatlântico*), e *deante* e *perante*, estas últimas exemplificando a junção de duas preposições: *de* + *ante* e *per* + *ante*.

Excepto, *salvo*, *defronte* e *enfrente* são exemplos de preposições derivadas de palavras ou grupo de palavras da própria língua portuguesa, que Ribeiro destaca. Ao comentar sobre as locuções prepositivas, o autor afirma que quase todas provêm de grupos de palavras do próprio português.

Na parte destinada ao estudo da sintaxe, Ribeiro apresenta os diferentes valores que cada preposição pode expressar. Para cada preposição comentada, o autor destaca sua correspondente em latim e para aquelas que não há uma correspondente imediata, Ribeiro delinea de forma sucinta o seu percurso etimológico de forma a justificar a presença no português de alguma preposição que não existia no Latim, e assim também justificar o quase total desaparecimento de outras, como é o caso de *per*, que perdeu espaço para a preposição *por*².

Na gramática de Julio Ribeiro é evidente a preocupação de resgatar a origem da língua, característica esta que define o período científico e que tem como fonte as línguas clássicas, como o Latim. Seu compromisso com o método histórico-comparativo torna-se mais evidente quando o autor ilustra a preposição atual *por*, que tem hoje diversas acepções em virtude de ter se originado de duas preposições latinas: *pro* e *per*:

Por, com effeito, vem de ***per*** e vem de ***pro***.

Até o século XVI a fôrma inalterada *per* era a representante em Portuguez da preposição latina ***per***, como *por* o era de ***pro***: dizia-se “Per montes e valles” e” Pola ley e pola ney”.

Mais tarde, confundidas as significações, *per* e *por* tornaram-se indistinctas, e uma dellas teve de desaparecer: foi *per*. *Por* suplantou-a, e é hoje a unica. “Todavia *per* teve tambem as suas victorias: as fôrmas compostas pelo, pela, etc. venceram e elliminaram as fôrmas rivaes pólo, póla, etc.. *Per* vive ainda em muitas palavras compostas, e na locução “***de per si***” conserva-se em toda a pureza primitiva (RIBEIRO, 1881: 269).

² Em Ribeiro, para efeito de descrição, *per* e *por* são tomadas como preposições distintas.

Ao apresentar a preposição *a*, Ribeiro destaca o traço conservador do português contemporâneo, em falares sociais específicos, presente naquela época, o que ele chamou de *romanicismo extreme*, presente também em outras línguas latinas: “A preposição *a* liga-se por vezes ao nome que rege de modo que fôrma com elle um todo susceptível de ser regido por outra preposição, ex: “Vou de a pé.- Andamos de a cavalo” (RIBEIRO, 1881: 263).

Entendemos que Ribeiro estabelece como classificações a menção que faz às diferenças na origem das preposições – originadas de preposições latinas simples, originadas de duas preposições reunidas e originadas de grupos de palavras –, assim como quando ele conceitua as preposições concorrentes: “Preposições concorrentes - muitas vezes, para exprimir a natureza complexa de duas relações que dão-se conjunctamente, unem-se duas preposições, ex.: ‘de sob--de sobre--por entre--por sobre,etc’ (Ribeiro, 1881: 271).

Ribeiro trata da sintaxe quando se refere ao uso de determinadas preposições com o objetivo de evitar ambiguidade, ou seja, marcando o complemento do verbo, definindo sua função sintática: “A preposição *a* serve (vide 463) para pôr em relação adverbial o objeto de um verbo a fim de evitar ambiguidade, ex “Milão matou a Clodio” (RIBEIRO, 1881: 263).

O autor apresenta os diferentes valores do uso das preposições *de/cum* e *a/para* em contextos linguísticos, nos quais há a possibilidade de uso das duas formas, que ao escolher, o falante opta pela que melhor expressará sua intenção de sentido:

De encontra-se aqui com a instrumental *cum*, si bem que a primeira partícula propriamente só accrescente um complemento a certas idéias verbaes, ao passo que a segunda accrescenta uma circunstancia especial ás idéias mais diversas, porquanto a concepção não é a mesma quando se diz, por exemplo, “Sustentar-se de peixe” e “Sustentar alguém com dous peixes”.

O emprego da preposição *para*, quando se quer exprimir logar para onde, indica a intenção de demorar no logar; quando se pretende passar pouco tempo no logar usa-se de *a*, ex.: ”Vou hoje *a* Londres onde tenho negócios, e depois de amanhã partirei *para* Calcutá onde resido” (RIBEIRO, 1881: 266).

E elenca também diversas acepções de todas as preposições portuguesas apresentadas: *a, ante, após, até, e, com, contra, desde, de, em, entre, para, por, sem, sob, sobre, trás*.

2.1 A preposição *a*

A preposição *a*, do latim *ad* que indicava movimento para um ponto determinado, indica:

- a) a direção: Estar a oeste; Vir a Madri.
- b) a contiguidade: Estar á janella; Estar á beira do rio.

- c) a exposição: Viver ao sol; Estar á chuva.
- d) o tempo em que: A 4 de janeiro; A oito dias precisos.
- e) a tendência: Incitar á ira; Guiar á loucura
- f) a hora: Á três horas; A uma hora e cinco minutos.
- g) o modo: Vender a retalhos; Comprar a pedaços.
- h) a distância: A dezoito kilometros; A doze milhas.
- i) instrumento: Matar a pistola; Passaro morto a chumbo.
- j) matéria: Bordar a ouro; Pintar a oleo.
- k) o fim: Antonio vai a capitão, e Pedro a bispo.
- l) a realização em futuro muito próximo: Antonio está a chegar; A vaca está a parir.
- m) o preço distributivo: Vendo carneiros a dez mil réis; Compro vaccas a quinze moedas.
- n) a taxa de juros: Dinheiro a dez por cento; Tomei um conto de réis a cinco por cento.

2.2 A preposição *ante*

Do latim *ante*, da mesma forma que sua composta *perante*, indica confronto, comparecimento:
Ante mim estás tu. Perante o príncipe

2.3 A preposição *após, pós*

Do latim *post*, indicam posposição, seguimento: Após o exército; Pós eles. Ribeiro destaca que *pós* era na época uma forma pouco usada.

2.4 A preposição *até, té*

Do latim *hactenus* indicam o termo local ou temporal preciso, exacto: Até Paris; Até aqui; Até hoje; Até hontem á noute. A forma *té* é pouco usada em prosa.

2.5 A preposição *com*

Do latim *cum* indica:

- a) a companhia: Estou com Pedro; Antonio está com o rei.
- b) a permanência sob o domínio ou em poder de alguém: Meu dinheiro está com João.
- c) a adjunção, a mistura: Topar com alguém; Cal com areia.
- d) o termo de ação: Usa caridade com os inimigos; Sê brando comigo.
- e) a comparação: Antonio parece com Pedro.
- f) o modo: Andar com pressa; Responder com altivez.
- g) o meio: Ele ganha dinheiro com seus romances
- h) o motivo: Gritar com dores.
- i) o instrumento: Matar com faca; Ferir com espada.

j) o preço: Comprar com vinte mil réis.

k) a oposição: Arcar com os males; Atrever-se com os elementos.

2.6 A preposição *contra*

Do latim *contra* indica:

a) oposição: Pelejar contra os Mouros.

b) posição fronteira: Dista cinco léguas de Diu contra a ilha de Bet.

2.7 A preposição *de*

Do latim *de*, que primitivamente expressava a ideia de descida e depois o afastamento em geral, indica:

a) o lugar donde: Venho de Roma; Parto de Stockolmo.

b) a extração, a origem: Sou de Ravenna; Somos de Obidos.

c) a posse: Casa de Pedro; Servo de Paulo.

d) a limitação, a restrição: O reino Nápoles. A cidade de Coimbra.

f) a posição: Estou de frente; Estou de costas.

g) o estado: Antonio está de sitio; Francisca está de parto.

h) a separação: Limpar o trigo do joio; Apartar cabras de ovelhas.

i) o ponto de partida em relação a lugar e a tempo: De Vianna para cá; De hoje em diante.

j) o tempo em que, relativo aos fenômenos astronômicos: De madrugada; De dia; De moute; De verão; De inverno.

k) a participação: Comer deste pão; Beber deste vinho; Ser dos nossos.

l) a matéria, ou constituinte, ou componente, ou conteúdo: Livro de ouro Bolo de milho; cacho de uvas Feixa de canas Calix de Liquor; Copo de vinho.

m) o assunto: Fallar de guerras; Murmurar do rei.

n) a mudança de estado: De leão está feito ovelha; Liberto de servo que era.

o) o agente do verbo passivo: Lavoires gastos do tempo Bendito de Deus;

p) o motivo: Morrer de medo; chorar de alegria; Escumar de bravo.

q) o meio: Cercar de muros; Nutri-se de frutas.

r) a determinação: Estar bem de saúde; Formoso de rosto; Ruivo de cabelos.

s) o modo: Estar de luto; Pôr-se de joelhos; Vir de carro.

t) a intermediação entre o verbo e o adjetivo que representa a natureza ou a propriedade física ou moral de uma pessoa: Acoimar de feio; Chamar de coxo; Fazer de ignorante.

u) a medida: Fosso de cinco palmos; Fita de trinta pés.

v) a quantidade: Corpo de vinte soldados; esquadra de trinta vasos.

2.8 A preposição *desde, des*

Para *desde e des*, Ribeiro declara não existir uma preposição correspondente imediata latina da qual elas teriam sido originadas. Indicam precisamente ponto de partida, quer local, quer temporal: Desde Sevilha; Desde hontem á noute até hoje pelas cinco horas.

2.9 A preposição *em*

Do latim *in*, indica:

- a) o lugar onde: Estou em Roma; Moro em Milão.
- b) o tempo em que: Em 1814; No terceiro dia. Frequentemente ocultada quando expressar tempo: Vim Domingo; Dou um baile esta semana.
- c) o modo: Braços em cruz; Viver em paz; Andar em guerra.
- d) o assunto: Pensar em amores; Falar em combates; Crer em Deus.
- f) o fim: Declaro-o em abandono da verdade; Digo-o em honra da pátria.
- g) a avaliação, a estimativa: Tenho-o em grande conta; Avalio-o em cinco contos de réis.
- h) a transição de estado para outro: Traduzir em Francez; fazer em pedaços.

2.10 A preposição *entre*

Do latim *inter*, indica:

- a) a posição intermediária: Entre Pedro e Paulo; Entre triste e alegre; Entre vermelho e azul.
- b) a reciprocidade: Artes e sciencias têm muita conexão entre si.

2.11 A preposição *para*

Do latim *per ad*, indica:

- a) direção: Virado para o nascente; Voltados para esquerda.
- b) o lugar para onde: Vou para Milão; Irei para Macau.

O emprego da preposição *para* quando usada para exprimir lugar para onde, indica a intenção de demorar no lugar, quando se pretende passar pouco tempo no lugar usa-se *a*: Vou hoje a Londres, onde tenho negocios, e depois de amanhã partirei para Calcutta onde resido.

- c) o fim: Livros para estudo; Ferros para trabalho.
- d) a futuridade: Para o anno; Para o mez que vem.
- f) a realização em futuro próximo: Pedro está para chegar. Antonio está para fechar o negocio.
- g) a proporção: 3 está para 6, assim com 7 está para 14.
- h) atribuição: Zelo para as cousas da religião.
- i) a aproximação de quantidades: De duas pra tres leguas.

2.12 A preposição *por*

Possui duas séries de acepções diversas por sua dupla origem etimológica. *Por* vem de *per* e de *pro*. Confundidas as significações, tornaram-se indistintas, o que ocasionou o desaparecimento de *per*.

2.13 A preposição *por* derivada de *per*

- a) lugar por onde: Por mar e por terra; Ele anda por lá.
- b) a parte por onde se pega habitual ou acidentalmente qualquer objeto: Pegar pelo cabelo; Segurar pela perna.
- c) individuação e a distribuição: Um por um; Grão por grão; Milhares por dia; Seis contos de réis por anno.
- d) a duração: Por duas hora; por tres annos.
- f) o meio: Eleva-se pela intriga; Vencer por armas.
- g) o motivo: Faltar por enfermo; Occultar-se por vergonha.
- h) o agente do verbo passivo: Assassinado por Indios; Cultivados por nós.
- i) o juramento, a atestação: Juro por Deus; Affirmo por minha honra.

2.14 A preposição *por* derivada de *pro*

- a) a substituição: Pedro compareceu por Paulo.
- b) o preço: Vendi o livro por cinco mil réis; Comprei a casa por seis contos de réis.
- c) a opinião, a qualidade em que se tem, em que se recebe pessoa ou coisa: Tenho-o por sabio; Adoptei-o por filho.
- d) a parcialidade, o favor: Estou pelo rei; Somos pela republica.
- e) o não acabamento: A casa está por concluir; O muro está por emboçar.

2.15 A preposição *sem*

Do latim *sine*, indica privação, falta: Estou sem dinheiro; Pedro está sem mulher.

2.16 A preposição *sob*

Do latim *sub*, indica a situação inferior: Sob a cama sob os olhos.

2.17 A preposição *sobre*

Do latim *super*, indica:

- a) a situação superior: Está sobre a montanha; Paira a nuvem sobre nós.
- b) a aproximação: Sobre a manha; a noite; sobre o branco.
- c) excesso: Sobre cem mortos duzentos feridos.
- d) o assunto: Fallar sobre physica; Escrever sobre biologia.

2.18 A preposição *trás*

Do latim *trás*, indica posposição: Trás - os - montes; Trás mim. É uma preposição pouco usada e substitui a locução *atrás de*.

A descrição de Alfredo Gomes

Na *Grammatica portugueza* de Alfredo Gomes (1920) encontra-se o estudo da preposição no capítulo VII, dedicado ao estudo de advérbio, preposição, conjunção e interjeição, no capítulo XXXIII, dedicado ao estudo da etimologia das palavras invariáveis e no capítulo XLVII, que trata da sintaxe das palavras invariáveis.

No primeiro capítulo, em que trata das preposições, Gomes somente as define e classifica. Assim, temos que, para o autor, “preposição é a palavra que estabelece uma relação qualquer entre dous termos, dos quaes o primeiro se chama antecedente e segundo subsequente” (GOMES, 1920: 65), nas quais elas podem exprimir com seu subsequente circunstâncias de posse, causa, modo, instrumento, tempo, etc. Quanto à classificação o autor assim estabelece:

Preposições propriamente ditas ou essenciais são as que figuram sempre como preposições; para o autor são dezoito: *a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, per, perante, por, sem, sob, sobre* e *trás*. Das dezoito, Gomes ressalva que a preposição *per* já envelheceu e só aparece no português como prefixo e, que *trás* tem uso limitado na expressão: *Trás mim virá quem bom me fará*.

As palavras prepositivas são definidas como quaisquer palavras empregadas acidentalmente como preposição. Exemplos: *durante, visto, excepto, fora* etc.

Denominou, ainda, de locução prepositiva a combinação de duas ou mais palavras que funcionam como preposição; combinação, na qual a última palavra é sempre uma preposição: *em redor de, junto a, para com, por entre, fora de, dentro de, atrás de, em frente a, defronte de, através de, a fim de*, etc.

No estudo da etimologia, Gomes apresenta as preposições com suas respectivas formas primitivas latinas e lista: *a = ad*; *ante = ante*; *após = ad + post*; *até = hac + tenus*; *com = cum*; *contra = contra*; *de = de*; *desde = de+ex+de*; *em = in*; *entre = inter*; *para = pera (arch) = per+ad*; *per = per*; *por = pro*; *sem = sine*; *sobre = super*; *sob = sub* e *trás = trans*, das quais *até* necessita do seguinte esclarecimento: existem duas prováveis origens da preposição *até*, a de que a preposição veio da combinação *ad + tenus* ou de *attá* do árabe. Na primeira hipótese, comprovaríamos a existência da forma arcaica *atém*, porém *bactenus* já existia no latim.

Como o uso da preposição *até* era pouco frequente nas primeiras épocas da língua portuguesa, e sendo a preposição *a* utilizada em sua substituição, pode-se dizer que houve influência

das duas línguas, pois para supor a desviação irregular do acento latino *háctenus* seria pouco verossímil tal explicação, e sem razão plausível segundo Pereira (1940), pois segundo Pacheco da Silva Jr., também autor do período científico, em sua gramática histórica, das três leis que dominaram o processo da formação da língua portuguesa, a primeira a ser listada é a persistência do acento latino, que “conserva-se sempre nas palavras do popular na mesma syllaba que em latim (SILVA JR., 1878: 73).

Quanto ao uso da preposição *a* após *até*, como preposição reforçadora, Gomes assinala como desnecessário, já que não há nada que o justifique, pois apesar de encontrarmos essa junção em textos dos melhores escritores, em expressões como *até ao fim*, *até ao jardim*, não dizemos ou escrevemos *até a ver*, *até a logo*. Dessa forma “é mister voltar á boa e antiga maneira de usar essa preposição” (GOMES, 1920: 416).

Até possui nove variantes: *até*, *atem*, *atens*, *attá*, *attás*, *tá*, *té*, *tê*, *tem*.

Desde é atualmente uma preposição pleonástica visto que antigamente o que existia era a forma *dês*: “*Dês que homem nasce até que morre...*”

Ao comentar os casos de contração da preposição *per*, em que a forma *per* é equivalente a *por*, o autor observa que na língua portuguesa esta forma só se contrai com os artigos *o*, *a*, *os*, *as*, dando origem às formas *pelo*, *pela*, *pelos*, *pelas*, e que não ocorre a contração com os pronomes como já acontecera outrora. As formas *pollo*, *polla*, *pollos*, *pollas*, resultado da contração da preposição *por* com os artigos *o*, *a*, *os*, *as* são encontradas apenas nos textos arcaicos.

No capítulo destinado à sintaxe das palavras invariáveis, o autor cita as preposições *a*, *com*, *de*, *em*, *para* e *por*, como as mais importantes a serem estudadas e apresenta seus valores semânticos correspondentes. Gomes afirma que embora a sintaxe da preposição não ofereça em si curiosidade verdadeiramente notável, ela merece destaque visto que tem grande importância no emprego dos complementos ou adjuntos das palavras.

Preposições em Alfredo Gomes:

3.1 A preposição *a*

A preposição *a* é empregada para indicar:

- a) Lugar para onde: vou *a* casa.
- b) Fim de uma ação ou fato: saí *a* passeio.
- c) Tempo: o facto deu-se *a* 2 do mez passado.
- d) Modo: *ás* pressas, *á* vontade.
- e) Meio ou causa: morreu *á* fome, ferido *a* bala.

- f) repetição do ato: pouco a pouco.
- g) termo de uma ação indireta: atribuir um facto a outrem.

A preposição *a* pode, por vezes, substituir *de*: A este homem lhe vi o rosto, machina a vapor, e seu uso às vezes também ocorre para marcar o objeto direto: este menino ama a seu pai.

A preposição *a* contrai-se com o artigo feminino resultando as formas *à*, *às* e com os pronomes demonstrativos *aquele(s)*, *aquela(s)*, originando as formas *àquele(s)*, *àquela(s)*. E quando antecede palavras masculinas justapõe-se ao artigo masculino *o* dando as formas *ao*, *aos*.

3.2 A preposição *com*

A preposição *com* pode exprimir:

- a) Companhia: jantei com um amigo.
- b) Modo: vejo-o com prazer
- c) Causa: tudo morre com o inverno.
- d) Instrumento: quem com ferro fere...;
- e) Tempo: e com isto saíu.
- f) O termo de uma ação indireta: dou-me com elle; ou direta: cumpro sempre com o dever.

O autor observa que a preposição *com* exige as formas pronominais *migo*, *tigo*, *sigo*, *nosco*, *vosco*, ao contrário do uso que faz o “vulgo ignorante” (palavras dos autores), que diz *com nós*, *com mim*, etc.

3.3 A preposição *de*

A preposição *de* pode indicar:

- a) Lugar de onde: cheguei de Paris, vinho do Porto.
- b) Posse ou qualidade: livro do menino
- c) Modo: vá de vagar.
- d) Simples causa: Faleceu de febre amarela.
- e) Instrumento: deu-lhe de pão
- f) Causa eficiente: querido do povo.
- g) Matéria ou conteúdo: copo de vidro, garrafa de licor.
- h) tempo: trabalho de dia e de noite.
- i) O termo de uma ação indireta: Lembrai-vos da morte.

Às vezes, o uso da preposição *de* ocorre como simples expletivo, mero termo de realce: a cidade do Rio de Janeiro, o diabo do rapaz.

Pode substituir *do que* depois dos quantitativos: mais *de* de cem homens.

Pode exprimir parte ou porção de alguma coisa: comerás da carne.

3.4 A preposição *em*

Preposição *em* exprime:

- a) Lugar onde: Em casa, na Europa.
- b) Tempo: em meia hora estudo este ponto
- c) Modo ou qualidade: voto em branco.
- d) Causa: sinto prazer em vel-o forte e bem disposto
- e) Fim: fiz o que pude em teu proveito
- f) Quantidade: avalio estes objetos em duzentos.
- g) O termo de uma ação indireta: falou-se muito em ti hontem.

Às vezes pode ser mero expletivo: general em chefe.

Às vezes é suprimido por brevidade: “Domingo próximo irei visitá-lo”.

3.5 A preposição *para*

Preposição *para* exprime:

- a) Lugar para onde: parti para Pernambuco.
- b) Tempo aproximado: lá para dezembro.
- c) Fim, tendência: para ver a festa
- d) O termo de uma ação indireta: reservei este presente para ti.

3.6 A preposição *por*

Preposição *por* (ou *per* por confusão) exprime:

- a) Lugar por onde: passei por este caminho.
- b) Espaço de tempo: viajei por dois annos.
- c) Tempo aproximado ou incerto: succedeu isto pelos cinco dias do mez de abril.
- d) Modo: por passos contados
- e) Causa: esta criança chora pelo frio que está fazendo.
- f) Causa eficiente: fomos interrogados pelo juiz.
- g) instrumento: Estácio de Sá foi ferido por uma flecha.
- h) Fim, utilidade: empenhei-me por este desgraçado; reze por mim
- i) O termo de uma ação indireta: responsabilizo-me por meus actos.

Conforme as palavras do autor, *por* “é mero expletivo depois de verbo de predicação incompleta que peça objeto directo: Espere por mim”. E “Às vezes é mero expletivo: por justo deve passar quem cego julga.” (GOMES, 1920, 415)

A preposição pode ser suprimida nas circunstâncias de tempo, como no exemplo de Camões: “O vencedor Joanne esteve os dias acostumados no campo”.

Sobre a preposição *até*, o autor retoma os comentários, já mencionados, de que a preposição não carece depois de si da preposição reforçadora *a* e, de que nada justifica as expressões: até ao fim; até ao jardim, pois não dizemos até a logo; até a Lisboa, retomando também as nove variantes de *até*: *até, atem, atens, attá, attás, ta, te, té, tem*.

A preposição *desde* é descrita como uma forma pleonástica, que tem sua forma antiga *dês*.

A preposição *per* (=por) contrai-se com os artigos o, a, os, as dando as formas *pelo, pela pelo, pelas*. Era também permitida anteriormente à sincronia descrita a contração com os pronomes.

O uso de *por* contraído como *per* também são encontrados nos escritos arcaicos dando origem as também antigas formas *pollo, polla, pollos, pollas*.

Em relação a preposição *em* (=in), Gomes cita que ela era primitivamente grafada *in* ou *ĩ*, e depois *en*, no português, que quando seguida dos artigos, o *n* final soa sobre a vogal, resultando as formas *en-o, en-a* e, posteriormente, *em no, em na*, etc., que deram as atuais formas *no, na, nos, nas*.

Como última observação o autor assevera que as preposições em regra repetem-se antes de cada adjunto ou objeto preposicional, com exceção dos seguintes casos por ele listados:

- a) os casos em que as preposições regem locuções já feitas ou comumente usadas como uma só expressão: “Formaram-se ha pouco alguns bacharéis em letras e (em) sciencias. Pagou-se já o imposto de industrias e (de) profissões.
- b) nas enumerações: Em Janeiro, (em) Maio, (em) Julho e (em) Agosto há trinta e um dias.
- c) quando a preposição por seu sentido exige dois termos: entre mim e meu irmão há grande semelhança.

Considerações finais

Analizadas as gramáticas do período científico, pudemos perceber que as descrições das preposições estão contidas nos dois grandes eixos das gramáticas: lexeologia e sintaxe.

Há, nas referidas gramáticas, dois objetivos, o primeiro é o de traçar o percurso histórico da língua desde sua gênese e o segundo, o de oferecer uma contribuição pedagógica, mantendo o ensino

da tradição gramatical, o ensino de uma norma linguística desejável; é a junção do normativo ao descritivo, que se dá baseado nas concepções de Darmesteter, em que se adota a gramática como ciência a fim de investigar “as leis naturais que regem a língua em sua evolução histórica” (CAVALIERE, 2000:43).

Esse aspecto duplo, descritivo e prescritivo é “o princípio norteador da própria concepção de gramática na virada do século XX, não só no Brasil, mas também nos grandes centros europeus de estudos vernáculos” (CAVALIERE, 2000:50).

Nas gramáticas analisadas, ambos os autores referem-se às preposições como elementos de relação, Ribeiro destaca a atribuição das preposições de expressar a natureza da relação estabelecida entre os dois elementos que liga (posse, instrumento etc.). Como critério de classificação, Ribeiro estabelece a origem diversificada dessas palavras, denominando preposições simples ou essenciais, as originadas de preposições latinas simples; preposições reunidas, as originadas da combinação de duas ou mais preposições reunidas; e o terceiro grupo, composto de preposições originadas de palavras ou de grupos de palavras da língua portuguesa. Gomes classifica em essenciais palavras que figuram na língua sempre como preposição; palavras prepositivas, palavras de outras classes gramaticais empregadas como preposições e locução prepositiva, a combinação de duas ou mais palavras, na qual a última é sempre preposição, funcionando na língua como preposição, frisando que esse grupo provém em sua maioria, quase todo, da língua portuguesa.

Os autores apresentam o estudo da etimologia das palavras, destacando, assim, as formas primitivas de cada preposição e com o propósito de dar credibilidade aos trabalhos, os autores recorrem a uma farta exemplificação, demonstrando, assim, o compromisso com o método histórico-comparativo.

Ainda sobre o aspecto descritivo, Gomes comenta o uso expletivo de *de* e o uso de *por* após verbos transitivos diretos, como elementos de realce, e a supressão por brevidade de *em*. Sob o olhar da norma, Gomes atenta para o não emprego da preposição *a* após *até* e Ribeiro destaca o uso “vulgo ignorante” de *Vou de a pé*.

As destacar os aspectos semânticos das preposições, os autores se detêm a observar as preposições simples. Gomes limita-se a comentar as preposições que julga importante: *a*, *com*, *de*, *em*, *para* e *por*, listando os possíveis valores que cada uma pode exprimir e Ribeiro apresenta o estudo das 17 preposições oriundas das preposições latinas simples: *a*, *ante*, *após*, *atrás*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *em*, *entre*, *para*, *per*, *por*, *sem*, *sob*, *sobre*, listando também seus respectivos valores. Ao pensar a possibilidade de expressões de ideias diferentes em função da escolha de uma ou outra preposição,

em um mesmo contexto sintático, Ribeiro limita-se a apresentar a alternância *de/cum* e *a/para*. Embora as nuances semânticas estejam presentes no estudo das preposições, a língua nesse momento não é estudada sob o aspecto do uso. Com o estudo centrado na palavra, analisa-se a língua por meio de suas faces sonora e mórfica, fixando-se dessa forma os valores que cada preposição pode expressar.

Com a Portaria de 5 de abril de 1887, oficializou-se uma nova tendência pedagógica, obrigatória nas aulas de língua portuguesa, pautada na programação proposta por Fausto Barreto, que instituiu o estudo da língua com ênfase nos estudos etimológicos. Esse programa foi proposto com a intenção de uniformizar os estudos da língua em todo território nacional e,

não havendo compendios que adscrescessem á nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magisterio, tiveram de escrever as suas grammaticas, versadas no programma que Fausto Barreto traçara, no qual de todo se revelavam o espirito de synthese, o criterio philologico e o novo rumo que nos importava trilhassem o ensino e o estudo da lingua portugueza (MACIEL, 1914:444).

No período científico, a gramática abandona o modelo dos compêndios lusitanos de base latina, voltando atenção às idiossincrasias do português do Brasil.

Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem. A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem (RIBEIRO, 1881: 1).

Objetiva-se o estudo descritivo de uma língua particular.

Referências Bibliográficas

BARBADINHO NETO, Raimundo. *À margem da língua do modernismo*. Edição do autor, Rio de Janeiro: Olímpica, 1979.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Versaro (org.). *História entrelaçada 2: A construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BASTOS, Neusa Barbosa. O fazer historiográfico em língua portuguesa. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/historiografico_neusa.pdf
Acesso em: 28/08/2009.

- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.
- CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. In: Revista Confluência, n. 23. Rio de Janeiro: 2002.
- FÁVERO, Leonor Lopes. De Moraes Silva a João Ribeiro - Contribuição à história da gramática no Brasil. In: Revista Confluência n. 27 e 28. Rio de Janeiro: 2004.
- GOMES, Alfredo. *Grammatica portugueza*. 12. ed. São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1920.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico*. Tomo II, 4. ed., São Paulo: DIFEL, 1982.
- KOERNER, Konrad. *Questões que persistem em historiografia linguística*. Revista da ANPOLL n. 2, 1996, p. 45-70.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. 5. ed. Rio de Janeiro, Paris: Francisco Alves & Cia., Aillaud & Cia., 1914.
- NASCIMENTO, Jarbas. A historiografia linguística: rumos possíveis. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/historiografia_jarbas.pdf. Acesso em: 12/11/2009.
- PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- PEREIRA, Eduardo Carlos, *Gramática expositiva – Curso superior*. 54. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1881.
- SILVA JR. Manuel Pacheco da; ANDRADE, Lameira de. *Grammatica da lingua portugueza*. 2. ed. Rio de Janeiro São Paulo: Livraria Clássica de Alves & C., Typ. Montenegro, 1894.
- SWIGGERS, Pierre. Reflections on (models for) linguistic historiography. In: Hüllen. W(ed.). *Understanding the historiography of linguistics problems and projects*. Münster: Nodus, 1990, p. 21-34.

AUTORA

¹ **Daniele Felizola de Oliveira, Mestre.**
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
dnifeliz@gmail.com